

ESTRATÉGIAS PARA OFERTA EDUCACIONAL (2005-2019): ESTUDO DA PRODUÇÃO DA ÁREA SOBRE A PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PIAUÍ

Vivianne Maria Araújo dos Santos ¹
Samara de Oliveira Silva ²

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa sobre o mapeamento da oferta educacional (2005-2019): estudo da produção da área sobre a privatização na educação no estado do Piauí no qual tem como objetivo analisar a existência de processos de privatização da oferta educacional, considerando-se as formas de subsídio público ao setor privado, especialmente os que envolvam repasse de recursos de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino bem como analisar o perfil de atendimento na educação básica pelo setor privado durante o período estudado.

Uma vez que, a privatização da educação básica, de acordo com Adrião (2018), vem se materializando no Brasil a partir do final do século XX. Assim, o termo ‘Privatização’ é utilizado no lugar de mercantilização, no qual compreende as medidas que a educação obrigatória se tem subordinado, direta ou indiretamente, aos interesses de corporações ou de organizações a estas associadas (Adrião, 2018).

Visto que, a partir das mudanças que ocorreram no modelo educacional capitalista e após o período de redemocratização, foram alcançados diversos avanços no processo educacional, como a ampliação da garantia do acesso à educação pública no ensino fundamental e médio que contribui para a democratização do ensino, sem privilégios. No entanto, pode ser observado também, cada vez mais a presença do privado mercantil nas decisões da educação pública. O Estado permanece como o grande responsável pelo acesso e até mesmo tem a responsabilidade de ampliar a oferta de vagas públicas, porém, o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola tem se tornado cada vez mais que introduzem a lógica mercantil (Pessanha, 2018).

Pessanha (2018, p.16) discute sobre a privatização escolar, que segundo o mesmo em linhas gerais, “permite uma apropriação privada do bem público, dando continuidade à

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí – FAPEPI – E-mail: viviannemariaadossantos@aluno.uespi.br

² Professora orientadora e coautora – Samara de Oliveira Silva; Doutora em Educação, Curso de Pedagogia – Universidade Estadual do Piauí, Campus de Parnaíba- Piauí, samara@phb.uespi.br.

concentração de capital nas grandes empresas do ramo da educação, sem gerar de fatos melhorias na escola pública”. Assim, a privatização, no período do ensino obrigatório, foi o chamado "conteúdo da educação".

Nesse sentido, Evangelista et al. (2022) discute que a configuração do Sistema Educacional brasileiro, o setor privado representa peça importante, pois, além de possuir papel significativo na oferta educacional em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, se configura como um ator nos diferentes espaços de discussão e formulação das políticas educacionais.

Assim, com base nos estudos das políticas educacionais indica alterações nas formas de privatização das três dimensões, sendo elas gestão da educação, oferta educacional e currículo. No caso da privatização da gestão da educação ampliam-se modalidades de subsídio público à oferta privada não associadas a políticas de escolha parental. No caso da privatização da oferta cresce o atendimento em escolas privadas lucrativas e programas de bolsas em estabelecimentos privados. Por fim, destaca-se os processos de privatização na dimensão dos currículos.

Porquanto, no presente trabalho, analisaremos sobre a existência de processos de privatização da oferta educacional básica para o estado do Piauí. A rede estadual do Piauí foi aqui selecionada uma vez que passou por reforma ainda nos anos 1991 (OLIVEIRA, DUARTE, 1997, p.97) a partir da qual diversas medidas de cunho privatizador foram tomadas, sobretudo no que se refere à privatização nos processos de gestão educacional, com medidas aparentemente próximas à endoprivatização, tais como instituição de instrumentos de pagamento de profissionais por produtividade (bonificação).

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de um estudo documental de fontes primárias do Banco de Dados da Pesquisa do Mapeamento de Estratégias de Privatização da Educação Básica (2005-2019).

A pesquisa em desenvolvimento está na dimensão dos estudos e levantamentos de dados bibliográficos dos artigos produzidos na área sobre processos de privatização da oferta educacional. Por quanto, buscou-se analisar a série histórica entre os anos de 2005 a 2019 artigos que versem sobre os processos de privatização da educação básica na rede estadual de educação do Piauí. Tratou-se de identificar, como uma das formas de privatização aqui considerada, a oferta educacional na etapa obrigatória por provedores privados. Tendo em vista que o ensino é livre à iniciativa privada (BRASIL, Art. 209), acredita-se que, em sua maioria, as matrículas privadas correspondem à atuação de provedores com finalidade lucrativa.

Apesar dos avanços legais da Educação Básica pública, os dados evidenciam que há, ainda, no âmbito nacional, uma grande demanda não atendida. Porém, a ausência do Estado na

oferta direta dos direitos a Educação aparece como motivo principal da proliferação de convênios público-privado. Com base nos trabalhos encontrados, Adrião e Venco (2022, p.7) discute sobre “a existência de profundas desigualdades no padrão de oferta educacional quando se comparadas com as redes públicas, em grande medida determinado pelo modelo, também desigual, de captação e distribuição dos fundos estados”.

Mesmo havendo normativas e orientações nacionais para a organização da educação, previstas na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996) e em legislação complementar, são os governos subnacionais que efetivamente adequam tais normativas, tendo em vista as condições político-institucionais e os arranjos societários encontrados em seus respectivos territórios.

Nesse contexto, o sistema Estadual de Educação do Piauí somente foi criado em 1999 por meio da Lei Nº 5.101 que dispõe sobre a rede de ensino do Estado disciplinando a oferta, a educação escolar, os princípios, fins, direitos e deveres de educar. Nesse contexto, são encontrados poucos trabalhos que analisam quanto à oferta educacional no estado do Piauí, sendo Silva e Silva (2020, p.28) discute que no período de 2015 a 2018 “observou-se no período desse estudo uma redução das matrículas com menor participação da Rede Estadual de Educação do Piauí no conjunto das matrículas da educação básica”. Em outro estudo, Adrião e Venco (2022) ressalta que no período de 2005 a 2017 no Piauí houve redução da oferta para o Ensino Fundamental, tanto na rede pública estadual, quanto nas escolas privadas.

Embora a Constituição e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional garantem que a educação é um dever do Estado, a partir da análise de artigos sobre os processos de privatização quanto à oferta educacional, conclui-se que tem diminuído consideravelmente as matrículas a Rede Estadual do Piauí. Contudo, o que se pode concluir a partir da análise na literatura é que são necessários mais trabalhos a cerca do tema.

Palavras-chave: Educação Básica. Oferta Educacional. Privatização.

AGRADECIMENTOS

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Piauí- FAPEPI.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ADRIÃO, T.; BORGHI, R.; DOMICIANO, C.A. Educação Infantil, ensino fundamental: Inúmeras tendências de privatização. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n. 7, p. 285-298, jul./dez. 2010. Disponível em: < <http://www.esforce.org.br>> Acesso em: 23 jun. 2023.

ADRIÃO T.; DAMASO, A; GALZERANO, L. A adoção de Sistemas Privados de Ensino em escolas públicas de educação infantil: reflexão a partir do perfil dos professores. *Revista e-Curriculum*. São Paulo: v. 2, n. 11, p. 434-460, ago. 2013.

ADRIÃO, T.; VENCO, S. A corrosão da educação pública no Brasil: privatizações e precariedades. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, v.. 27, núm. 96, Enero-Marzo, ISSN: 1315-5216 / p. 2477-9555, 2022.

EVANGELISTA, J.P.; MEDEIROS, M.V..J.; CAMARA, M.A.; LOPES, R.V.N. O setor privado na educação básica brasileira: espaços e mecanismos de participação. **Revista Humanidades e Inovação** v.8, n.64, p.309-319, 2022.

INEP -INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: Inep, 2023. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 24 jun. 2023.

OLIVEIRA, D. A., DUARTE, M. R. T. Política e administração da educação: Um estudo de algumas reformas recentes implementadas no estado de Minas Gerais. **Educação & Sociedade** , [S. l.], v. 18, n. 58, p.123-141, jul. 1997.

PESSANHA, F.V.A. **A lógica da privatização da escola pública no Brasil**: Mercadorização da educação e a Privatização da escola pública, seus processos e contradições na sociedade de direitos. Monografia (Licenciatura em Pedagogia- Universidade do Estado de Amazonas) Manaus, 2018. 49f. Disponível em: <<http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/bitstream/riuea/>.cesso em: 23 jun.2023.

SILVA, T.T.R.; SILVA, S.O. **Oferta educacional na rede estadual de Educação do Piauí**: Desafios para a garantia do direito à Educação Pública. *In: Simpósio de Produção Científica*, 20, 2020, Teresina, Piauí. Disponível em: <<https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/download/72/58/339-1?inline=1>> Acesso em: 24 ago 2023.